



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021



Adilson Tadeu Basquerote
(Organizador)

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade

 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Geografia: espaço, ambiente e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G345 Geografia: espaço, ambiente e sociedade / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-784-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.847211412>

1. Geografia. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 910

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Geografia: Espaço, ambiente e sociedade 1**”, reúne essencialmente estudos que centram-se na temática da Geografia como ciência, em diferentes contextos e perspectivas. Por meio de pesquisas transdisciplinares, revela-se a constituição do espaço geográfico como sendo o palco das realizações humanas, passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.








Entre os temas abordados destacam-se processos de ensino e aprendizagem, trabalho informal, crescimento econômico x crescimento social, mobilidade, violência e ocupação urbana, conflitos agrários e criminalidade, patrimônio arqueológico e alimentar, fronteiras raciais, turismo, entre outros. Fruto de esforços de pesquisadores de diferentes regiões e instituições brasileiras, venezuelanas e mexicanas, o livro é composto por quinze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, que entrecruzam distintos conceitos da Geografia e de outras áreas do conhecimento.







Nesse interim, o livro reflete o cenário de estudos recentes, contextualizados, e com aprofundamento científico para a área que se propõe. Além disso, seus capítulos se configuram com um contributo no entendimento da construção do espaço geográfico, suas nuances e contradições. Além disso, reforça a prerrogativa da Editora Atena, na publicação de obras que vão ao encontro da dinamização científica nas diferentes áreas do conhecimento.


Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A GEOGRAFIA POÉTICA INDÍGENA DO LUGAR AMAZÔNICO	
Francisco Marquelineo Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114121	
CAPÍTULO 2	14
A MAIOR IMPORTÂNCIA DE SE ENSINAR-APRENDER GEOGRAFIA NA ESCOLA SEGUNDO PROFESSORES E ESTUDANTES DE GEOGRAFIA	
Sérgio Luiz Miranda	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114122	
CAPÍTULO 3	28
A INFORMALIDADE NAS RUAS DE FEIRA DE SANTANA – BA	
Alessandra Oliveira Teles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114123	
CAPÍTULO 4	39
CAMPINAS, A CIDADE MAIS SURPREENDENTE DO BRASIL: ENTRE OS ÍNDICES METROPOLITANOS E AS LEIS MUNICIPAIS	
Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114124	
CAPÍTULO 5	53
DUQUE DE CAXIAS (RJ) SITUAÇÃO PARADOXAL: CRESCIMENTO ECONÔMICO X DESENVOLVIMENTO SOCIAL BAIXO	
Fernando Ribeiro Camaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114125	
CAPÍTULO 6	71
MOBILIDADE URBANA: PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO RIO CUIABÁ (RMVRC)	
Maristene Amaral Matos Cornélio Silvano Vilarinho Neto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114126	
CAPÍTULO 7	82
OCUPAÇÃO URBANA DO LITORAL SUL DE SANTA CATARINA: O AVANÇO SOBRE O SÍTIO ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI GAROPABA DO SUL	
Carolina Porto Luiz Geovan Martins Guimarães Bruna Cataneo Zamparetti José Gustavo Santos da Silva Juliano Bitencourt Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114127	

CAPÍTULO 8	95
UMA GEOGRAFIA HISTÓRICA URBANA/REGIONAL DA PROVÍNCIA FLUMINENSE	
Valter Luiz de Macedo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114128	
CAPÍTULO 9	109
VIOLÊNCIA URBANA E TRÂNSITO. ANÁLISE ESPACIAL DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, ES	
Liziane de Oliveira Jorge	
Giovanna Souza Piassi	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8472114129	
CAPÍTULO 10	123
ZONIFICACIÓN Y ORDENAMIENTO TURÍSTICO DEL CANTÓN ZAMORA- ECUADOR	
María Gabriela Suasnavas-Rodríguez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141210	
CAPÍTULO 11	135
CONFLITOS AGRÁRIOS, VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: BRAVOS CAMPONESES E A LUTA PELA(O) TERRA/TERRITÓRIO EM BALSAS NO MARANHÃO – BRASIL	
Vanderson Viana Rodrigues	
Eliezer Henrique da Silva Sousa	
Ademir Terra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141211	
CAPÍTULO 12	149
MEDIDAS PARA LA REDUCCIÓN DE LA VULNERABILIDAD DEL ACUEDUCTO RURAL DE POTOSÍ, PARROQUIA LA FLORIDA, MUNICIPIO CÁRDENAS, ESTADO TÁCHIRA, VENEZUELA	
Carmelina González Ramírez	
Betty Judith Ramírez Chaparro	
Sandra Yusbeth Bustillos Leal	
Karena Rodríguez Acero	
Cleomary Oliveros Oliveros	
Daniela Rey Romero	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141212	
CAPÍTULO 13	164
FRONTEIRAS RACIAIS E GENOCÍDIO DAS COMUNIDADES NEGRAS COVID-19	
Elinton Fabio Romão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141213	
CAPÍTULO 14	176
ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Vandrezza Amante Gabriel	
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva	

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141214>

CAPÍTULO 15..... 187


INVESTIGAÇÃO DA CORRELAÇÃO ENTRE OS DADOS DO ENA (ENERGIA NATURAL AFLUENTE) PARA A PRODUÇÃO DE ENERGIA BRASILEIRA ATRAVÉS DA ANÁLISE MULTIVARIADA, COMO FATOR RELEVANTE DE ANÁLISE DA CRISE HÍDRICA

Débora Gaspar Soares

Glenda Rafaela de Sousa Quirino

Juliana da Fonseca Meira

Mariana Torres Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.84721141215>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 199

ÍNDICE REMISSIVO..... 200

CAPÍTULO 14

ALIMENTAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Data de aceite: 01/12/2021

Vandrezza Amante Gabriel

Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/5012119778228438>

Marilda Rosa Galvão Checucci Gonçalves da Silva

Santa Catarina
<http://lattes.cnpq.br/1411273954746730>

RESUMO: Neste artigo, iremos analisar a relação entre alimentação e desenvolvimento como parte de um sistema agroalimentar, formado a partir do trabalho de determinados grupos culturais, que desenvolvem uma relação de longa duração com seu território, criando ou recriando uma agricultura e uma culinária próprias, que os identifica. Esse processo se dá permeado por valores, saberes e fazeres culturais próprios, constituindo um rico patrimônio agroalimentar. Esse artigo, toma por base pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelas autoras com grupos que compartilham esse sistema, analisa a importância de ações afirmativas, projetos científicos e culturais, que contribuam para a sua preservação e continuidade, tendo em vista um tipo de desenvolvimento que leve em conta a soberania alimentar, biodiversidade e sustentabilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação; Modo de Vida; Patrimônio Cultural; Desenvolvimento Regional; Território.

FOOD, CULTURAL HERITAGE AND REGIONAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: In this article, we will analyze the relationship between food and development as part of an agrifood system, formed from the work of certain cultural groups, which develop a long-term relationship with their territory, creating or recreating their own agriculture and cuisine, which identifies them. This process is permeated by its own values, knowledge and cultural practices, constituting a rich agrifood heritage. This article, based on research that has been developed by the authors with groups that share this system, analyzes the importance of affirmative actions, scientific and cultural projects, which contribute to its preservation and continuity, with a view to a type of development that leads taking into account food sovereignty, biodiversity and sustainability.

KEYWORDS: Food; Lifestyle; Cultural Heritage; Regional development; Territory.

INTRODUÇÃO

Podemos pensar a relação entre alimentação e desenvolvimento sob vários aspectos, já que a alimentação se constitui naquilo que Marcel Mauss (2003) define como um “fato social total”, englobando aspectos culturais, políticos, econômicos, sociais, ambientais e como tal engloba diferentes esferas da vida social. Muito embora a relação entre alimentação e desenvolvimento possa ser considerada sob diferentes aspectos, estaremos privilegiando aqui a alimentação enquanto parte

de um sistema agroalimentar localizado, formado a partir do trabalho de determinados grupos que desenvolveram uma relação de longa duração com seu território, criando ou recriando uma agricultura e uma culinária próprias, que o identificam enquanto um grupo específico, portador de um patrimônio agroalimentar. Esse processo se constrói permeado por valores, saberes e fazeres culturais próprios, na relação que estes grupos estabelecem com o seu *habitat*. (SILVA, 2020). Nesse artigo, tomando por base pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelas autores, em especial com grupos de agricultores familiares e indígenas, se analisa a importância do desenvolvimento de ações afirmativas, projetos científicos e culturais, que contribuam para a preservação desses sistemas alimentares, tendo em vista sua importância para um desenvolvimento agrodiverso, que leva em conta a nossa soberania alimentar, a preservação da nossa biodiversidade e da sociodiversidade, criadora dos modos de vida dos grupos que englobam esses sistemas.

A alimentação faz parte do cotidiano de todos os grupos culturais, é parte de um planejamento com ações territoriais que são determinantes para a segurança alimentar. Muito tem se falado sobre a necessidade de conhecer o que se come e consumirmos os produtos locais ou regionais, como forma de preservarmos a nossa saúde, bem como a agrobiodiversidade (SANTILLI, 2015). Aqui entendemos como um sistema agrobiodiverso, aquele que utiliza e preserva a biodiversidade de espécies através da criação, bem como uma sociodiversidade própria, característica daqueles que compartilham de uma agricultura e culinária própria na relação com essa biodiversidade. Esse alimento faz parte da história de uma comunidade ou de um grupo, tornando-se um elemento importante na construção da sua identidade alimentar, revelando memórias que perpassam gerações como os saberes sobre o cultivo, a colheita, os rituais simbólicos, o paladar e os saberes relacionados à culinária em um processo contínuo de aprendizagem pela dinâmica da natureza e do meio ambiente (GEERTZ, 1978).

Os saberes apreendidos, transmitidos por meio da experimentação entre diferentes gerações faz com que a relação entre natureza e cultura seja dinâmica, conferindo tradições e atualizações demarcadas, nos seus modos de fazer. Um exemplo é a incorporação de novos temperos e a adaptação alimentar em razão das migrações que estabelecem mudanças pela necessidade de adaptação ou sobrevivência ao novo contexto, mas o vínculo afetivo permanece, tendo o alimento como parte de um sistema alimentar concreto que o identifica pela relação de alteridade. A construção da identidade cultural atravessa a história de uma pessoa e manifesta o percurso educativo no qual ela esteve inserida, revela referências passadas como bases de suas influências culturais e a alimentação é o centro dessa organização social (PIERONI, 2018, ALVAREZ, 2005, BRAGA, 2004).

A diversidade sociocultural e alimentar intrínseca à humanidade é reconhecida no Brasil e em diversos países como patrimônio cultural imaterial, contribuindo com as reivindicações identitárias de povos e grupos culturais por meio de organizações locais, favorecendo o turismo de base comunitária e o desenvolvimento regional. Comunidades

tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares, imigrantes, entre outros coletivos atuam em defesa de seus bens culinários e alimentares, modos de fazer e ofícios, revelando um país diverso e multicultural, colonizado primeiramente por povos originários, africanos e imigrantes europeus, e com muitos elementos de migrações mais recentes. As trocas culturais características da fricção interétnica criam novos caminhos e reelaboram os saberes culinários ancestrais. Para compreendermos algumas das ligações entre alimentação e cultura iremos trazer conceitos que revelam as dimensões socioculturais que atravessam o tema (GABRIEL, 2020, FONSECA, 2003, IPHAN, 2003).

CULTURA ALIMENTAR: DO ALIMENTO À COMIDA

Por meio da Antropologia da Alimentação podemos compreender o contexto social e simbólico do processo que transforma o alimento em comida, processos culturais culinários que fazem parte de sistemas alimentares diversos e dinâmicos. A relação entre natureza e cultura se estabelece no ato de cozinhar, assar ou cozer os alimentos e suas relações com a cultura de diferentes povos, como analisa Lévi-Strauss (2004). Para DaMatta (1986, p. 33-34) “temos então alimento e temos comida. Comida não é apenas uma substância alimentar, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido como também aquele que ingere”. Ele estabeleceu uma perspectiva de considerar os códigos que remetem ao conjunto práticas que transformam o alimento em comida por meio de um saber cultural.

Segundo Gonçalves (2002) a alimentação pode ser vista como instrumento de identificação social que revela: 1) como e por que alguns elementos têm uma função identitária e 2) quais posições ocupam dentro de sistemas de relações sociais e de significados, pois são parte inseparável de um sistema de significados partilhados pelas relações sociais. Para entender as significações da alimentação “é preciso considerá-las parte de um sistema de relações sociais e parte de um ‘sistema culinário’, o qual põe em foco (ou ritualiza) os valores mais caros a essa sociedade” (GONÇALVES, 2002, p. 8-12), revelando a dinâmica da cultura (DURHAM, 2004).

Woortmann (2013) faz referência ao que pode ou não pode ser ingerido em cada cultura alimentar como parte de experimentações e tabus próprios do grupo. “As práticas culinárias são linguagens dinâmicas, aponta-se que a diferença entre o que é considerado culturalmente comível ou não, diz respeito também a diferentes épocas, diferentes gerações, numa mesma região e grupo étnico” (WOORTMANN, 2013, p. 21). A autora ressalta que a relação da pessoa com o alimento é parte de uma etno-concepção de identidade, onde a “transformação do alimento em comida e sua distribuição no prato, não é algo aleatório, ela fala de etno-concepção de idade, gênero e outros elementos” (WOORTMANN, 2013, p. 31). Para ela, “constitui um processo de trabalho que resulta de algo que se pensa. Como vimos, é uma ‘linguagem’ por meio da qual, além de se construir a hierarquia familiar

e o gênero, se refletem sobre a condição humana, como clara expressão do habitus” (WOORTMANN, 2013, p. 31 – grifo da autora).

Bourdieu (1989, p. 9) afirma que as estruturas de sistemas simbólicos são “como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”, sendo um processo contínuo e dinâmico. Ele comenta que o poder simbólico estabelece um sentido imediato, uma ordem gnoseológica na construção da realidade, do mundo social e os símbolos são os instrumentos que unem esta comunicação social, tornando possível o consenso. O ato cotidiano de comer, alimentar-se, é uma atividade central para Mintz (2001) “porque cedo se torna a esfera onde se permite alguma escolha. Para cada indivíduo representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio de nossos atos [...] é também a base para nos relacionarmos com a realidade” (MINTZ, 2001, p. 32).

A relação complexa entre alimento, comida e cultura é expressa por Contreras (1992) pela tomada de consciência de suas diversas dimensões, pois torna-se necessário “tomar conciencia de la extrema complejidad del hecho alimentario. Y esta complejidad obliga a tomar en cuenta cuestiones muy diversas, de carácter biológico, ecológico, tecnológico, económico, social, político, ideológico” (CONTRERAS, 1992, p. 99). Para o autor a alimentação constitui um signo que compreende diferentes condutas, “en definitiva, alimentarse es una conducta que se desarrolla más allá de su próprio fin, que sustituye, resume o señala otras conductas; y, em esa misma medida, la alimentación constituye um signo” (CONTRERAS, 1992, p. 99-102). Para ele é “um signo de la atividade, del trabajo, del deporte, del esfuerzo, del ocio, de la fiesta, de la sociabilidad, de la hospitalidade, de las emociones, de los sentimientos y de los conflictos, y de cada circunstancia social, em definitiva” (CONTRERAS, 1992, p. 102).

Em uma outra perspectiva, e dentro da esfera da Sociologia da Alimentação, Poulain (2004, p. 32) vê as “culturas locais como lugar de resistência identitárias” e lugares de memória. Para ele, “o que um grupo humano gosta de comer e as técnicas que ele emprega para procurar ou produzir alimentos para si, transformam e modificam o meio natural” (POULAIN, 2004, p. 247), deixando evidências. O autor analisa que “o espaço do comestível oculta o conjunto de regras que concorrem para a definição social de um alimento. É o por que uma coletividade humana indica sua conexão com a natureza” (POULAIN, 2004, p. 252). Ele explica que os saberes ligados à alimentação utilizam tecnologias adequadas e desenvolvidas para tal fim, pois o “‘espaço social alimentar’ corresponde ao conjunto de estruturas tecnológicas e sociais que, da coleta até a cozinha, passando por todas as etapas da produção-transformação, permitem ao alimento chegar até o consumidor e ser reconhecido como comestível” (POULAIN, 2004, p. 252). Ele indica que há um percurso de experimentação coletiva, de aceitação e inserção do alimento no grupo, em um processo gradativo que perpassa o espaço do culinário, o espaço social alimentar e a temporalidade alimentar. A alimentação pode ser colocada como um “fato total humano” pois respeita a

autonomia e as imposições sociais, a tradição e o diálogo com a ciência (POULAIN, 2004, p. 269).

A CULINÁRIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

A política de patrimônio cultural imaterial no Brasil é assegurada pela Constituição Federal de 1988, Artigo 216, descrito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como “referências simbólicas dos processos e dinâmicas socioculturais de invenção, transmissão e prática contínua de tradições fundamentais para as identidades de grupos, segmentos sociais, comunidades, povos e nações” (VIANNA, 2016). A participação social é uma característica importante nessas práticas, pois são os atores sociais que detém os conhecimentos, seus sentidos e significados. São considerados patrimônios culturais imateriais comidas, saberes, modos de fazer, danças, músicas, celebrações, conhecimentos tradicionais repassados de uma geração para outra. Segundo Vianna (2016) as “técnicas próprias da diversidade cultural só se conservarão, efetivamente, se vivenciados pelas pessoas; pelos sujeitos com motivações em suas comunidades, em condições, com garantias, liberdade e interesses em vivenciar e preservar, de modo dinâmico e criativo, as expressões de suas identidades culturais”.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma das principais organizações internacionais que trabalha pela proteção do patrimônio cultural, atuando na organização de documentos, convenções, projetos e programas que assegurem o comprometimento dos diferentes países com a temática. Por meio do apoio de fundos de financiamento é possível desenvolver projetos com ações afirmativas que valorizem o patrimônio cultural imaterial. A promoção do patrimônio alimentar, genético, os saberes e fazeres culinários, relacionados às plantas e à floresta são parte de acordos internacionais contínuos, que procuram valorizar a biodiversidade existentes nos diferentes biomas, a capacidade de resiliência dos serviços ecossistêmicos e a sociodiversidade das relações. Considerar o processo de mudanças climáticas é compreender o risco por que passam esses saberes. Podemos destacar a ética socioambiental (FLORIT et al, 2019,) como uma das razões culturais a serem levadas em consideração nas decisões alimentares dos grupos em direção a soberania alimentar.

No Brasil, as ações de salvaguarda dependem da articulação entre a sociedade civil e o Estado, mas podem ser fortalecidas por meio de iniciativas locais que valorizem o patrimônio imaterial. Para Santilli (2015) “as políticas de salvaguarda dos bens culturais imateriais dependem, entretanto, de melhor articulação com as demais políticas de desenvolvimento econômico e social, para que incluam e valorizem a bio e a sociodiversidade brasileira” (SANTILLI, 2015, p. 602). A integração das políticas de desenvolvimento regional deve ser executada para que promovam o acesso ao trabalho e renda dos grupos culturais envolvidos, que possam ter suas necessidades básicas supridas com dignidade. A autora

Santilli (2015) enfatiza a necessidade de melhoria na qualidade de vida dos detentores dos saberes e fazeres relacionados ao patrimônio cultural imaterial para que o “verdadeiro desenvolvimento” tenha sentido e seja efetivo.

Além disso, é fundamental que tais políticas públicas promovam a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial. O desenvolvimento social e econômico deve ser integrado à conservação do meio ambiente e à inclusão social e produtiva de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com respeito a suas especificidades culturais e étnicas. Afinal, não há desenvolvimento efetivo e verdadeiro sem a incorporação das referências culturais dos grupos sociais envolvidos (SANTILLI, 2015, p.603).

Ratificando a ideia de desenvolvimento regional por meio do patrimônio cultural imaterial e estimulando o caráter instrutivo da consciência social LIMA FILHO (et al, 2007) identifica três aspectos essenciais que podem contribuir com o entendimento da dimensão simbólica da vida social: o exercício de cidadania, a necessidade de diálogo interdisciplinar e o potencial de interação dos museus com a população (LIMA FILHO et al, 2007, p. 9). O aspecto educativo que cerca o patrimônio cultural imaterial abre canais de diálogo com diferentes esferas da sociedade por seu caráter plural. É um conceito convergente em uma sociedade desigual. O movimento de uma memória coletiva que traduz o tempo vivido em uma determinada parte da história que resiste na personificação dos atores sociais (MENASCHE et. al., 2012).

Segundo dados do IPHAN, até o ano de 2018 foram 47 Bens Imateriais Registrados, alguns deles ligados à alimentação: Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas no Rio Grande do Sul, Ofício das Baianas de Acarajé, Ofício das Panelleiras de Goiabeiras no Espírito Santo; Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas Regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre; Sistema Agrícola Tradicional de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, Região Sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná; Feira de Campina Grande na Paraíba; Feira de Caruaru em Pernambuco; Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro no Amazonas em um contexto indígena contexto multiétnico e multilinguístico; Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas, no Pará.

Por meio do IPHAN, os Bens Imateriais em Processo de Instrução para Registro ligados à alimentação são: Pesca com Arpão do Pirarucu no Amapá; Processos e Práticas Culturais Referentes à Canoa Caiçara no Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro; Modo de Saber Fazer do Queijo Artesanal Serrano de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Ofício das Quitandeiras de Minas Gerais. Citamos alguns dos Projetos Realizados de Identificação de Bens Culturais Imateriais pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) até o momento: da Farinha de Mandioca no Pará; Cultura do Babaçu na Região do Bico do Papagaio em Tocantins; Documentação Audiovisual das Referências Culturais da Mandioca e Taipa em Alagoas; Pesca da tainha na Ilha do Mel no Paraná; lidas campeiras

do município de Bagé no Rio Grande do Sul; Inventário do Queijo Kochkäse no Vale do Itajaí, em Santa Catarina (SILVA, 2017).

As políticas desenvolvimentistas afetaram profundamente no passado e afetam na atualidade as dinâmicas das culturas, os sistemas agroalimentares e as adaptações culinárias em um processo estruturante voltado para a exportação por meio do agronegócio, por exemplo. Em um outro movimento, camponeses, indígenas, ribeirinhos desenvolvem projeto de resgate das sementes nativas, crioulas, compartilhando a esperança de uma nova plantação. Há urgência de que as políticas públicas voltadas à alimentação sejam reconsideradas no país, com distribuição de renda para retirar o Brasil do Mapa da Fome, agravada pela Covid-19. O acesso à terra como fonte de vida é essencial no processo de plantação e distribuição do alimento, para que os modos de fazer e os saberes tenham continuidade, e o patrimônio cultural imaterial permaneça vivo. Considerar os diferentes contextos culturais, o acesso aos recursos que permeiam as práticas alimentares, as escalas, as regiões, pode contribuir decisivamente na atuação de redes para que o Desenvolvimento Regional seja, de fato, uma realidade para os grupos culturais.

A PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A relação entre Cultura e Desenvolvimento pode parecer antagônica para alguns pesquisadores, mas há muitas potencialidades que surgem da relação entre os dois conceitos. Com o apoio de áreas do conhecimento como nas Ciências Humanas e Sociais, como a antropologia, sociologia, filosofia, história, comunicação social, entre outras, é possível que diferentes ângulos sejam abordados nessa relação para que se compreendam os limites e as potencialidades a serem analisados, tendo continuidade ou sendo superadas. Para que os projetos tenham êxito e possam representar o grupo étnico que atua diretamente com o patrimônio cultural imaterial em questão, é fundamental que o agente de desenvolvimento regional conheça a realidade local, ouça as propostas das comunidades e compreenda efetivamente as vontades convergentes, as reivindicações comuns consideradas necessárias para serem trabalhadas pela etnicidade.

Os teóricos da área do Desenvolvimento Regional em seus diagnósticos expõem alternativas e sugestões na busca de autonomia nos processos de levantamento de dados, planejamento e execução de projetos que busquem compreender e atender as demandas locais, regionais e globais na atualidade. Randolph (2016) descreve as transformações tidas como “desenvolvimento” sendo o resultado de variadas e complexas interações sociais, pois para ele, é “extremamente pertinente e desafiante associar o conceito do desenvolvimento à ideia de um aumento de potencialidades futuras de uma sociedade” (RANDOLPH, 2016, p. 43). O autor enfatiza que o campo de ação pode ser estendido com as potencialidades coletivas exigindo a ativação de sujeitos e recursos.

Theis (2016) incentiva projetos interdisciplinares para o desenvolvimento regional e alerta que, para se chegar a futuros alternativos possíveis, a dimensão política a ser revelada deve considerar os caminhos que beneficiam o capital nas suas diferentes frentes de atuação, que expressam a organização e reprodução de uma base social. Ele confere a responsabilidade de ação enfatizando que “ao analista do planejamento que seja intelectual e politicamente comprometido com a construção de futuros alternativos se impõe, de um lado, captar os movimentos do capital no espaço e, de outro, identificar as estratégias de resistência popular” (THEIS, 2016, p. 94).

Quanto ao conhecimento sobre planejamento regional, são vários os desafios postos aos seus estudiosos. Inicialmente, há que reter que o planejamento é um objeto de caráter interdisciplinar. Isto significa que se deva continuar persistindo em enfoques integrados do planejamento, sobretudo do planejamento regional, buscando o auxílio de diversos campos do saber, de molde a captar nuances que, em perspectivas estritamente disciplinares, tendem a escapar do analista. Outro desafio diz respeito à dialética entre o abstrato e o concreto. Trata-se da necessidade de (estabelecer, se ela inexistir; promover, se ela existe) contínua interlocução entre a teoria (o conhecimento) e a realidade econômica e sociocultural sobre a qual incidem as intervenções planejadas no território. Por fim, o estudioso do planejamento precisa ampliar seu conhecimento teórico e empírico sobre a própria realidade econômica e sociocultural do Brasil, dele se exigindo leitura e releitura de seus principais intérpretes, tanto para entender a tal formação quanto, sobretudo, para imaginar futuros alternativos para a sobrevivência do homo brasiliensis e de sua ainda rica natura (THEIS, 2016, p. 93).

O mexicano Rodolfo Stavenhagen (1971) faz referência à dinâmica da cultura dizendo que “el hombre no es solamente una criatura ciega de las fuerzas históricas, sino que también moldea su propia historia, com las limitaciones que esta misma historia li impone” (STAVENHAGEN, 1971, p. 43). Stavenhagen (1985, p. 37) analisa, por outro ângulo, algumas formas como a “etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento”. Considera que na questão local, primeiro, é essencial “determinar as circunstâncias históricas concretas em que surgem tais movimentos e como eles se relacionam com os conflitos sociais e econômicos mais amplos de seu tempo e lugar” (STAVENHAGEN, 1985, p. 38-39). Segundo o autor, “os planejadores e políticos de todo o mundo têm que lidar com fatores étnicos no desenvolvimento. No entanto, muitos deles preferem ignorar o assunto, porque ele pode questionar as premissas do estado-nação” (STAVENHAGEN, 1985, p. 40). Ele reafirma seu posicionamento propondo que “o etnodesenvolvimento, isto é, o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deva tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento, tanto teórica quanto praticamente (STAVENHAGEN, 1985, p. 41).

Admite-se a possibilidade de diálogo sob as responsabilidades históricas, as compensações ou equiparações sociais, econômicas e ambientais possíveis na atualidade, em ações pós coloniais e decoloniais (LUGONES, 2008), por meio da construção e

fortalecimento de redes que atuam com o patrimônio cultural imaterial, para que o processo ensino-aprendizagem seja contínuo e mostre a capacidade de ter eficiência. São caminhos de oportunidades inseridos em uma perspectiva coletiva. Na área da alimentação como patrimônio, as ações que visam a segurança alimentar se tornaram questões urgentes no território (ETGES, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que as ações em prol do Desenvolvimento Regional sejam aliadas a alimentação e a culinária por meio do Patrimônio Cultural Imaterial de um grupo é fundamental o apoio de equipes multidisciplinares, que compreendam o processo de construção histórica na formação do hábito alimentar, do recurso ou da escassez alimentar do entorno, as adaptações culinárias e as características culturais que constroem ou revelam aquela comida. Traduzir a cultura pela alimentação, ou vice e versa, é um processo de identificação de elementos como referências simbólicas que fundamentam as escolhas sobre as mudanças e permanências na alimentação, sendo parte indissociável de cada pessoa, e do sistema alimentar que ela foi inserida ou está sendo inserida. A possibilidade de atuação, considerando a diversidade cultural no território, suscita a oportunidade de compreendermos os processos migratórios históricos e o deslocamento de pessoas que trazem consigo a histórias de suas famílias e os hábitos de suas comunidades, incorporando sentidos pela troca cultural local, promovendo a diversidade alimentar.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marcelo. La cocina como patrimonio (in) tangible. In: MARIANI, Víctor (Org.) Temas de Patrimonio Cultural. Vol. 6. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires/Secretaría de Cultura, 2005.

BRAGA, Vivian. Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. Saúde em Revista, Piracicaba. v. 6, n. 13, 2004. p. 37-44. Disponível via: https://www.academia.edu/27049875/CULTURA_ALIMENTAR_CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES_DA_ANTROPOLOGIA_DA_ALIMENTA%C3%87%C3%83O. Acesso em: 04 jan. de 2021.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

CONTRERAS, Jesús. Alimentación y cultura: reflexiones desde la Antropología. Revista Chilena de Antropología. n.11, 1992, p. 95-111. Disponível via: <http://www.revistadeantropologia.uchile.cl/index.php/RCA/article/view/17643> . Acesso em: 13 out. 2014.

DA MATTA, Roberto. O que faz o brasil, Brasil? Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia. Cosac Naif, 2004.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. REDES. Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p. 47-55, set/dez, 2005. Disponível via: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/11050> Acesso em: 11 jan. de 2021.

FLORIT, Luciano Félix; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; PHILIPPI, Arlindo Jr. **Ética Socioambiental**. 1.ed. São Paulo: Manole, 2019.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In R. Abreu e M. Chagas, (coord.), *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2003, 56-80.

GABRIEL, Vandreza Amante. Tradição e identidade no território: a alimentação da criança Mbyá-Guarani no tekoá vy'a em Major Gercino (SC). Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) PPGDR/FURB. Blumenau, 2020. Disponível via: https://bu.furb.br/docs/TE/2020/366916_1_1.pdf. Acesso em 20 jan. de 2021.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Trad. Fanny Wrobel – Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: uma perspectiva antropológica. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR (BRASIL). Ministério da Cultura. *Seminário alimentação e cultura*. Rio de Janeiro: Funarte-CNFCP, 2002, p. 7-16.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *O Registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial. Relatório final das atividades da comissão e do grupo de trabalho do Patrimônio Imaterial*. 2 ed. Brasília: MinC-IPHAN/Funarte, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; BELTRÃO, Jane Felipe; ECKERT, Cornelia (Orgs.) *Antropologia e patrimônio cultural: Diálogos e Desafios contemporâneos*. ABA. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p. Disponível via: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/42_0013967.pdf. Acesso em: 04 jan. de 2021.

LUGONES, María. *Colonialidade e gênero*. Tabula Rosa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008. Disponível via: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 29 de jul. 2020.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: MAUS, M. *Sociologia e antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 185-314.

MENASCHE R, ALVAREZ M, Collaço J. *Alimentação e cultura em suas múltiplas dimensões*. In: MENASCHE, Renata; ALVAREZ, Marcelo; COLLAÇO, Janine. (Orgs.) *Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latinoamericanos*. Porto Alegre: UFRGS; 2012. p. 7-28. Disponível via: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172899> Acesso em: 04 jan. de 2021.

MINTZ, Sidney W. *Comida e Antropologia: uma breve revisão*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v 16, n. 47. outubro/2001, p. 31-41. Disponível via: <http://www.uff.br/saudecultura/artigos-encontro-6/Texto08.pdf> . Acesso em: 21 set. 2016.

PIERONI, Gabriella Cristina. Fazedores de cultura, comedores de patrimônio: Estado e sociedade civil no registro do patrimônio imaterial ligado à alimentação (2000/2016). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. [Dissertação]. Rio de Janeiro, 2018. Disponível via: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PIERONI_Gabriella-Dissertacao_Mestrado\(2\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PIERONI_Gabriella-Dissertacao_Mestrado(2).pdf) Acesso em: 04 jan. de 2021.

POULAIN, Jean-Pierre. Sociologias da Alimentação: os comedores e o espaço social alimentar. De Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmen Silva Rial e Jaimir Conte. Tradução Editora da UFSC: Florianópolis, 2004.

RANDOLPH, Rainer. A tríade de desenvolvimento, planejamento e política (poder): proposições para investigações de transformações e políticas regionais. In: ETGES, Virginia Elisabeta; CADONÁ, Marco André (orgs.). Globalização em tempos de regionalização: repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, p. 39-62.

SANTILLI, Juliana. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. Revista Demetra; 2015; 10(3); p. 585-606. Disponível via: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/16054/13752>. Acesso em: 04 jan. de 2021.

SILVA, Marilda Rosa Galvão Checucci Gonçalves da. Alimentação, Patrimônio Agro-Alimentar e Desenvolvimento: o Kochkãse como Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do Itajaí (SC). Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul (RS), 2017. Disponível via: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16714/4281>. Acesso em: 04 jan. de 2021.

SILVA, Marilda Rosa Galvão Checucci Gonçalves da. Patrimônio agroalimentar, território e desenvolvimento regional: um estudo de caso entre agricultores familiares do Vale do Itajaí (SC). Artigo apresentado no VI Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia - ALA 2020. Modalidade Virtual/ 23 al 28 de noviembre de 2020. Uruguai. Eixo Temático 23: Práticas y representaciones alimentarias y Intervenciones Antropológicas. Coord.: Gustavo Labirde y F. Xavier Medina Luque. Disponível via: https://ala2020.com.uy/?page_id=115&lang=pt

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista. Anuário Antropológico. vol. 84, 1985, p. 11-44.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Cómo descolonizar las ciencias sociales. 1971. Disponível via: http://hblog.nuevaradio.org/b2-img/stavenhagen_como_descolonizar_las_cs.pdf . Acesso em: 1 fev. 2017.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimento Desigual e Planejamento Regional no Brasil. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, v.37, n.131, p.79-97, jul./dez. 2016, p.79-97.

VIANNA, Leticia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, 04 jan. de 2021. Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). Disponível via: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural?letra=p>. Acesso em: 04 jan. de 2021.

WOORTMANN, Ellen F. A comida como linguagem. Revista Hábitus. Goiânia, v.11, n.1, p.13-34, jan./jun. 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise 3, 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 45, 48, 50, 62, 73, 85, 86, 90, 93, 96, 97, 98, 101, 107, 109, 112, 115, 117, 119, 121, 136, 137, 139, 140, 147, 166, 170, 172, 173, 187, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198

Aprender 14, 15, 19, 20, 21, 25

Aprendizagem 16, 19, 25, 177, 184, 199

Avaliação 59, 86

B

Brasil 16, 25, 27, 28, 29, 37, 38, 39, 48, 51, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 67, 70, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 85, 87, 92, 93, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 111, 112, 117, 121, 135, 138, 139, 146, 147, 148, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 192, 197, 198

C

Cidadania 16, 25, 26, 27, 69, 81, 122, 146, 181

Cidade 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 57, 58, 65, 67, 74, 75, 77, 80, 81, 83, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 118, 121, 135, 167, 169, 170, 173

Conflito 64, 110, 139, 144, 145, 146, 147

Conhecimento 3, 10, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 90, 98, 164, 165, 179, 182, 183

Contexto 6, 12, 14, 16, 17, 22, 26, 27, 32, 38, 40, 47, 48, 51, 56, 87, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 107, 115, 122, 125, 132, 177, 178, 181, 190

Cultura 1, 2, 3, 8, 12, 45, 49, 50, 51, 67, 68, 92, 93, 111, 118, 121, 135, 139, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

D

Dados 16, 17, 19, 32, 33, 34, 40, 42, 55, 59, 61, 62, 73, 76, 82, 86, 88, 90, 96, 107, 109, 111, 115, 117, 121, 137, 139, 140, 142, 146, 164, 172, 173, 174, 181, 182, 187, 188, 191, 192, 195, 196, 197, 198

Desenvolvimento 7, 9, 11, 17, 26, 27, 32, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 78, 81, 93, 112, 115, 121, 135, 137, 138, 148, 164, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 190, 199

Desenvolvimento regional 64, 68, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Diversidade 7, 30, 33, 41, 67, 177, 180, 184, 190

E

Educação 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 40, 47, 51, 55, 59, 63, 66, 68, 69, 82, 92, 93, 118, 172, 174, 180, 190, 197, 199

Educação geográfica 199

Ensinar 14, 15, 19, 20, 21, 25, 26

Espaço 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 70, 74, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 137, 138, 141, 142, 147, 167, 169, 170, 172, 173, 179, 183, 186

Espaço geográfico 15, 22, 23, 26, 29, 98

Estudo 13, 16, 22, 24, 26, 28, 29, 31, 33, 36, 39, 42, 53, 55, 64, 69, 71, 73, 79, 80, 84, 86, 96, 98, 99, 106, 108, 137, 147, 186, 187, 188, 190, 192, 196, 197

F

Fonte 2, 4, 18, 42, 43, 44, 54, 55, 57, 58, 60, 61, 77, 84, 87, 88, 89, 90, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 140, 144, 145, 182, 189, 191

Formação 8, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 46, 58, 68, 70, 71, 73, 81, 95, 96, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 171, 183, 184

G

Geografia 1, 2, 4, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 38, 42, 52, 53, 54, 63, 64, 70, 71, 74, 81, 95, 96, 97, 99, 106, 107, 108, 135, 137, 148, 164, 170, 199

H

Humano 7, 8, 21, 22, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 98, 124, 156, 179, 189, 196

I

Indígena 1, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 103, 172, 181

Informação 33, 65, 69, 82, 83, 86, 93, 97, 172, 197

L

Linguagem 1, 2, 10, 12, 65, 82, 94, 168, 178, 186

Lugar 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 22, 24, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 54, 55, 59, 60, 63, 64, 65, 73, 100, 121, 131, 139, 161, 167, 179, 183

M

Metodologia 10, 13, 17, 41, 73, 86, 115

Mobilidade urbana 42, 43, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 121, 122

Município 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,

66, 67, 71, 82, 87, 88, 103, 109, 112, 113, 115, 121, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 169, 182

N

Natureza 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 21, 23, 24, 26, 29, 70, 75, 96, 98, 99, 106, 108, 110, 135, 177, 178, 179

Necessidade 23, 37, 47, 50, 69, 74, 76, 78, 83, 97, 101, 102, 110, 119, 137, 147, 164, 169, 170, 173, 177, 181, 183

O

Ocupação 31, 34, 35, 36, 56, 57, 58, 74, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 93, 98, 102, 103, 104, 112, 114, 138, 166, 196

Organização 6, 8, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 40, 45, 46, 47, 49, 50, 53, 67, 68, 69, 99, 101, 112, 147, 177, 180, 183

P

Paisagem 11, 22, 83, 84, 92, 110

Participação 54, 58, 61, 62, 64, 65, 67, 69, 91, 147, 165, 180, 197

Patrimônio 45, 50, 83, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 100, 102, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 185, 186

Pesquisa 1, 2, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 24, 25, 27, 28, 29, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 49, 50, 51, 61, 62, 65, 71, 73, 80, 82, 86, 88, 90, 91, 92, 93, 97, 98, 106, 107, 112, 115, 118, 119, 121, 135, 136, 137, 138, 142, 147, 148, 174, 187, 188, 192, 199

Pessoas 6, 7, 15, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 40, 41, 45, 46, 53, 54, 56, 57, 58, 65, 74, 78, 110, 111, 112, 117, 119, 143, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 180, 184, 196

Poder 1, 26, 32, 34, 40, 41, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 74, 81, 83, 86, 87, 88, 95, 96, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 111, 137, 146, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 179, 184, 186

População 29, 32, 37, 49, 51, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 80, 91, 101, 105, 112, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 181, 189, 190, 197

Problema 3, 11, 34, 78, 110, 111, 113, 144, 146, 172

R

Relações 2, 3, 4, 7, 8, 15, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 32, 34, 36, 37, 48, 51, 63, 65, 68, 78, 91, 96, 97, 99, 137, 141, 168, 170, 171, 178, 180

Rio 7, 11, 12, 27, 38, 41, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 72, 76, 77, 78, 80, 81, 92, 93, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 119, 121, 122, 147, 169, 173, 174, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 198

S

Sociedade 1, 3, 6, 8, 9, 10, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 37, 38, 46, 47, 63, 68, 70, 74, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 111, 119, 139, 147, 148, 165, 169, 170, 172, 178, 180, 181, 182, 186, 187

Socioambientais 57, 69, 147

Socioeconômicas 111

T

Tecnologia 31, 37, 39, 41, 67, 148

Teórico 3, 26, 28, 29, 183

Território 6, 10, 11, 22, 36, 38, 53, 61, 66, 70, 73, 79, 82, 86, 88, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 121, 135, 137, 138, 144, 169, 174, 176, 177, 183, 184, 185, 186, 191, 199

Trabalho 2, 14, 16, 17, 23, 27, 28, 29, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 57, 67, 68, 69, 74, 96, 98, 99, 106, 109, 112, 115, 119, 121, 135, 139, 141, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 180, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 196

Turismo 51, 82, 85, 93, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 177

U

Urbano 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 85, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 121, 127, 168, 169, 170, 173, 174, 196

V

Violência 7, 75, 105, 109, 110, 111, 117, 121, 135, 142, 146, 148, 168



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

GEOGRAFIA:

Espaço, ambiente e sociedade


Ano 2021